



Tribunal inicia implantação do Módulo Criminal do Sistema PJe.



O Sistema PJe, software de processo judicial eletrônico utilizado pelo Tribunal, foi atualizado para a versão 2.1.2.

A principal característica do PJe 2.1.2 é que a versão implementa um conjunto de serviços para viabilizar o processamento das causas de natureza criminal. O novo pacote de serviços inclui também as competências dos Juizados Especiais Criminais.

O projeto-piloto do PJe Criminal está em funcionamento na comarca de Santa Rita e, após a validação da sua operação pelos usuários da comarca, será iniciada a implantação nas demais unidades de entrância inicial. A previsão é que até o final de 2020 todas as comarcas de entrância inicial estejam usando o PJe Criminal.

A plataforma de instalação do 1º Grau do sistema já ultrapassou a marca de 1,2 milhão de autos digitais. Na Justiça de 2º grau são 82.457 autos digitais, incluindo números do Pleno e de todos os órgãos fracionários da Corte, com destaque para as Câmaras Cíveis Isoladas, com 68.897 autos digitais.

Comarcas recebem equipamentos de videoconferência.



O Tribunal instalou salas de videoconferência nos fóruns de Pindaré-mirim, Bom Jardim, Amarante, Montes Altos, Dom Pedro, Esperantinópolis, Carolina e Riachão.

O serviço de videoconferência será utilizado para a realização de reuniões virtuais, conectando as unidades do Judiciário, evitando deslocamentos e agilizando a comunicação de magistrados e servidores.

Atualmente existem 47 salas de videoconferência instaladas em todos os fóruns das comarcas de entrância intermediária e final, além do Tribunal.

A medida facilita o cumprimento de cartas precatórias, além de gerar uma grande economia de recursos para o Executivo, por permitir audiências em processos criminais, sem a necessidade de deslocamento de custodiados.

Até o fim de 2020 trinta comarcas de entrância inicial terão salas de videoconferência instaladas.

Tribunal implanta novo sistema de Material e Patrimônio.

O Tribunal desenvolveu e implantou um novo sistema para controle de Material e Patrimônio, o **Materiales**.

Inicialmente foi implantado em setembro o módulo de Patrimônio, que tem a finalidade de controlar os registros patrimoniais do Judiciário

O módulo de Material e Suprimentos, que está em desenvolvimento, com previsão de conclusão para dezembro, deverá substituir o e-Mat.

Central de Digitalização é instalada em parceria com a SEAP.

O Tribunal instalou uma central de digitalização de processos na Unidade Prisional Feminina de São Luís, para uso no Projeto Digitalizar Já.

A iniciativa, executada em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça, se destina a digitalizar o acervo físico das unidades, para migração dos processos para o PJe.

A instalação é uma ação conjunta entre o Judiciário e a Secretaria de Administração Penitenciária - SEAP e visa agilizar o processo de digitalização do acervo das unidades de 1º Grau da Ilha de São Luís.

Outra unidade de digitalização já funciona no fórum de São Luís, no auditório Joaquim Filgueiras.

Tribunal de Justiça do Maranhão

Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa
Presidente

Des. José Bernardo Silva Rodrigues
Vice-presidente

Des. Paulo Sérgio Velten Pereira
Corregedor-Geral da Justiça

Comissão de Informática

Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf
Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho
Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho

Diretoria de Informática e Automação
(98) 3198-4580
dirinformatica@tjma.jus.br

Atendimento ao Usuário de Informática
(98) 3194-6600
informatica@tjma.jus.br